

4

Movimentos Feministas Transnacionais: política, mudança e dilemas

“...as organizações da sociedade civil saíram desse processo profundamente frustrados, com nada mais além de duras lições aprendidas no processo de permanecer engajadas” (Statement of Concern DAWN, IGTN, IFC, REPEM, 2002).

4.1

Introdução

Pode-se concluir a partir do caso apresentado que os MSTs detêm motivações que vão além da busca pela “efetividade” de suas ações no sentido estrito. A mobilização em torno do tema de GAD alcançou alguma mudança de discurso, mas pouca ou quase nenhuma mudança de atitude por parte das OIs, dos Estados e outros importantes financiadores de projetos de desenvolvimento. Apesar da inclusão do termo “equidade de gênero” em muitos acordos internacionais e da produção de relatórios importantes sobre GAD por algumas OIs – como o Banco Mundial (King e Mason, 2001) –, a idéia de desenvolvimento enquanto projeto intelectual e prático de mudança social é imbuído de premissas de relações sociais e econômicas patriarcais e sustenta-se sobre uma divisão sexual do trabalho desigual e injusta (Benería, 1995; Çatagay, Elson e Grown, 1995). Para os MFTs, a mudança de discurso e a inclusão de linguagem “neutra” de gênero não exclui a necessidade de uma profunda revisão das bases do atual projeto de desenvolvimento (Durano, 2007; Johnson, 2007).

Assim, três décadas após o início da “Década da ONU para as Mulheres”, os MFTs comemoram poucos avanços concretos a respeito de como o projeto de desenvolvimento é pensado sobre as bases de relações de gênero desiguais. No entanto, os MFTs não parecem considerar esse “fracasso” – no sentido mais estrito – como uma razão para abandonar a causa (Durano, 2007; Johnson, 2007). Argumento, portanto, que, para os MSTs, mais importantes que a idéia de “efetividade” são os valores intrínsecos envolvidos na luta política. Estes se sustentam a longo prazo e, embora possam se enfraquecer com a escassez de resultados práticos, continuam a existir enquanto persistir a mobilização em torno

do problema: a opressão de gênero que está no cerne da idéia de desenvolvimento como atualmente concebida.

As representantes de MFTs entrevistadas concordam com essa percepção como será analisado a seguir através de suas colocações a respeito da agenda de Monterrey e de como esta passou de estrutura de oportunidades de mudança para grande frustração. E como mesmo assim, essas feministas consideraram importante continuar engajadas.

4.2

MFTs em processo no processo de Monterrey: mudanças de perspectivas

O processo FfD foi uma agenda de especial visibilidade para alguns movimentos. Dentro de um contínuo não linear de conferências onusianas, Monterrey catalisou atenção e mobilização por parte de alguns MFTs e outros movimentos. Dentre algumas das representantes de MFTs que entrevistei, Marina Durano (2007) e Nadia Johnson (2007) afirmam que naquele momento, FfD parecia uma oportunidade de participar de um processo que – na percepção delas e dos MFTs que representavam, por mais ingênua que pareça – poderia acarretar em mudanças na arquitetura financeira internacional.

Segundo Marina, então representante de DAWN e hoje consultora da UNIFEM:

“Falando de uma perspectiva do Sul (uma perspectiva de país em desenvolvimento), o processo FfD realmente ofereceu um potencial para fazer as questões dos países em desenvolvimento mais proeminentes.” (Durano, 2007. Tradução minha).

Para Nadia da WEDO:

“Quando FfD foi lançado, nós sabíamos que era algo pelo qual os países em desenvolvimento estavam lutando, e nós como sociedade civil estávamos lutando contra as Políticas de Ajuste Estruturais por décadas, contra o GATT e então a OMC... e nós sabíamos que precisávamos de uma ONU mais forte no estabelecimento de normas econômicas em nível global. [...] Aqueles compromissos [das conferências da ONU] precisavam ser combinados com recursos para que os países possam realmente implementá-los. Então, é claro que estávamos animados... porque isto foi 5-6 anos depois de Beijing [...] Muitos dos compromissos não estavam sendo implementados. Ao mesmo tempo, nós vimos que essas outras instituições eram muito poderosas em nível global. Foi exatamente por isso que nos mobilizamos. Nós pensamos ‘é isso!’ E o ECOSOC tem sido esta organização dentro da ONU que tem a posição poderosa de se opor à OMC e ao FMI.” (Johnson, 2007. Tradução minha).

A partir das colocações dessas duas representantes de MFTs cruciais no processo, nota-se a percepção otimista que elas tinham do processo FfD a princípio. Como visto no capítulo anterior, os relatórios dos MFTs no início do processo também continham grandes expectativas quanto ao potencial da agenda FfD. Para June Zeitlin de WEDO, o processo FfD foi uma “oportunidade para trazer a análise de gênero e perspectivas feministas para a discussão de políticas macroeconômicas” (Zeitlin, 2002: 2. Tradução minha). Ndiaye de Network of African Women Economists também faz menção às boas expectativas das mulheres no início do processo:

“Para as mulheres que são as provedoras de serviços sociais para manter os capitais humano e social, especialmente quando os Estados retiram-se de seu papel tradicional de provedor de serviços públicos, a Conferência FfD trouxe grandes esperanças.” (Ndiaye, 2002: 2. Tradução minha).

Essa perspectiva foi mudando ao longo do tempo, o que significa dizer que a percepção dos MFTs em relação às estruturas de oportunidade política foi se tornando cada vez pior. Essas estruturas são dinâmicas (Tarrow e Della Porta, 2005) e são constantemente percebidas pelos movimentos em processo e não como irremediavelmente estabelecidas.

Assim, a percepção otimista inicial deu lugar a uma crescente decepção como Nadia também coloca:

“A princípio havia muitas idéias no processo. E então quando chegou no próprio Consenso de Monterrey, era o um documento muito ruim. Era em grande parte um reflexo das normas liberais de desenvolvimento. [...] Eu acho que tivemos altas expectativas entrando no processo. [...] Mas, no terceiro PrepCom em outubro, o resultado já não era bom, mas havia algumas promessas (e certamente alguns desafios). Mas depois disso, tornou-se bastante ruim. [...] E então a nova versão foi emitida antes do ultimo PrepCom em janeiro e foi essencialmente ao final desse encontro que o Consenso foi acordado.” (Johnson, 2007. Tradução minha).

Essa mudança de percepção pode ser notada então nos relatórios dos MFTs como visto no capítulo anterior. O título da seção dedicada ao PrepCom IV no relatório de DAWN perguntava: “Consenso emergente sobre FfD?” Os subtítulos já denotavam a resposta contida nos textos: “Documento FfD fraco e diluído”, “Fraco em questões sistêmicas”, “Ambigüidade do papel da ONU na governança econômica”, “Assegurando a autonomia do FMI”, “Gênero somente ocasionalmente visível”, “Gênero escapa no processo FfD”, “Gênero ainda nas margens”... O caráter de contestação também ficava claro nos títulos: “**Ainda**

questionando: que tipo de desenvolvimento deveria ser financiado?”, “Da linha de frente do quarto PrepCom” (DAWN, 2002(f): 6-12; tradução e grifo meus)... Aliás, uma análise de discurso contido nos documentos dos MFTs ao longo do processo permite ter uma idéia interessante da mudança de perspectiva das coalizões feministas envolvidas. Tentei fazer uma breve compilação no Quadro 4.1.

Assim, o início foi marcado por colocações: que denotam a percepção de oportunidade do processo (“...oportunidade de propor idéias”¹) para ter impactos que, se alcançados, representariam uma mudança radical (“para substituir o Consenso de Washington”); que apesar de dar conta dos desafios enfrentados, consideravam a possibilidade de impacto dos MFTs como premente (“Difícil, mas as Mulheres Conseguem Apoio para Gênero em FfD”).

Durante o processo – e especialmente no pós-11 de setembro que marcou um momento de inflexão na política de participação norte-americana no processo –, os relatórios passam a descrever FfD como um espaço no qual os desafios superam os impactos (“Ganhos escassos e grandes desafios adiante”). A estrutura de oportunidades políticas passou a ser vista como mais fechada (“...há muito trabalho a ser feito e poucos pontos de entrada a ser explorados”), tornando necessária a intensificação da estratégia inside/outside (“Women’s Caucus: trabalhando dentro e fora”), segundo a qual os MFTs permanecem engajados ao mesmo tempo em que estabelecem críticas radicais a partir de fora dos espaços institucionais. Como visto no capítulo 2, essa relação entre a contestação institucional e não-institucional faz parte do cotidiano dos processos dos movimentos sociais.

Essa mudança de perspectiva pode então ser percebida claramente nos relatórios dos MFTs no pós-11 de setembro. Nadia Johnson da WEDO, porém, resiste em creditar aos atentados algum papel no processo:

“Eu realmente não acho que o 11 de setembro mudou a substância do Consenso de Monterrey. Este já estava daquele jeito. [...] O objetivo dos EUA a cada PrepCom... a substância foi se tornando mais e mais diluída. Coisas que tinham sido acordadas em certo momento, haviam sido tiradas. Esta é a natureza do processo de negociação e não um resultado do 11 de setembro.” (Johnson, 2007. Tradução minha).

¹ Para as referências dessas citações, ver o quadro 4.1.

Quadro 4.1: As perspectivas dos MFTs em perspectiva: a diluição das esperanças ao longo do processo (trechos traduzidos de relatórios de movimentos)

2001

FEVEREIRO

DAWN Informs:

“...**oportunidade** de propor idéias [...] para **substituir o Consenso de Washington**”

MAIO

Acontece o PREPCOM III – Parte 1

JULHO

WEDO News & Views:

“Difícil, mas as Mulheres **Conseguem Apoio para Gênero** em FfD”

“...incorporar uma agenda centrada em gênero nos procedimentos gerais”

OUTUBRO

Women’s Consultation Recommendations:

“...trazer uma **perspectiva feminista** ao processo FfD”

Acontece o PREPCOM III – Parte 2

NOVEMBRO

DAWN Informs:

“**Ganhos escassos e grandes desafios adiante.**”

“...há muito trabalho a ser feito e poucos pontos de entrada a ser explorados”

“Women’s Caucus: trabalhando dentro e fora”

“é um processo longo e temos que agüentar firme.”

2002

Acontece o PREPCOM IV

MARÇO

DAWN Informs:

“Documento FfD fraco e diluído”

“Gênero somente ocasionalmente visível”

“Gênero escapa no processo FfD”

“**Gênero ainda nas margens**”

Acontece a CONFERÊNCIA DE MONTERREY

Statement of Concern:

“...frustradas, com [...] duras lições aprendidas no processo de permanecer engajadas”

Network of African Women Economists:

“Grandes expectativas, negociações barulhentas e **resultados escassos.**”

“...redes de mulheres se perguntaram o quanto o Consenso de Monterrey é um consenso.”

MAIO

DAWN Informs:

“Amordaçados em Monterrey – nenhum consenso com a sociedade civil”

“ONGs silenciadas, esperanças destruídas”

“**Consenso de Washington com um sombrero**”

“Ajustando nossas lentes para olhar adiante”

“Respostas vagas e farsa de participação”

Outros representantes de MFTs, no entanto, são enfáticos ao afirmar o papel dos atentados no processo. Para Marina Durano, na ocasião representante de DAWN, os Estados Unidos adquiriram mais “autoridade moral” após o evento trágico:

“Em 2001 com o colapso das torres gêmeas, os EUA pareciam ter maior autoridade moral. Ao mesmo tempo, você precisa entender que aquele processo estava acontecendo concomitantemente ao desenvolvimento sustentável [Johanesbourg], que foi outro processo da ONU. [...] Com o 11 de setembro e processos paralelos, eu acho que o engajamento foi diluído por causa de arenas múltiplas onde essas questões dos países em desenvolvimento eram levantadas.” (Durano, 2007. Tradução minha).

A princípio, a abordagem de alguns MFTs em relação ao 11/09 foi relacionar a busca da paz ao fim das desigualdades que geram conflitos (Johnson/WEDO, 2001(b); Scampini/DAWN, 2001(b)). Um *statement* no PrepCom III de Martha Benavides da WEDO, representando o “Interlinkages Caucus”, considerava o prêmio Nobel da Paz dado à ONU pouco antes bastante apropriado naquele momento pós-atentados para que a organização pudesse assumir um papel de promotora da paz através da promoção do desenvolvimento (Interlinkages Caucus Statement, 2001(b)).

No entanto, já antes do encontro em si, uma coalizão denominada “Women’s Eyes on the Multilaterals Campaign” apresentava um relatório (Women’s Eyes, 2001) que creditava aos atentados a causa da mudança do processo FfD. O relatório foi apresentado em uma Women’s Caucus Strategy Session organizada por WEDO e UNIFEM justo antes do PrepCom de outubro. Neste, a coalizão traçava um paralelo entre sua percepção do processo antes e depois dos atentados.

Segundo este relatório, a princípio, a coalizão percebia o objetivo da conferência como o “questionamento das relações de poder entre e dentro dos países” (Women’s Eyes, 2001: 1). Os fatos que levavam a tal crença, segundo esta, eram: o primeiro relatório do Secretário Geral; a posição de diferentes governos; o questionamento do G-77 em relação aos outros “Gs” (G-7, G-10, G-20, etc); e o questionamento do G-77 em relação aos processos de tomada de decisão de Banco Mundial e FMI. Apesar de que os EUA tivessem tentado retirar o tema seis da agenda – “o único que realmente muda qualquer aspecto da governança econômica global e das relações entre e dentro dos países” (Women’s

Eyes, 2001: 1. Tradução minha) – a percepção geral era de entusiasmo. Porém, afirmam que os ataques acabaram com tal percepção:

“No começo, pensou-se que a Conferência iria ser interrompida, no entanto, continua. Então, os EUA pagaram à ONU os 584 bilhões de dólares que devia como parte de suas dívidas, assegurando com esta ação o apoio da ONU à retaliação dos EUA aos terroristas. [...] O que se seguiu foi a ONU desenvolvendo a Terrorism Declaration na qual o principal compromisso dos governos é fechar a ‘ajuda financeira e as contas de todos os terroristas’ (o que conecta terrorismo ao financiamento do desenvolvimento e, é claro, ao papel da ONU no mundo financeiro).” (Women’s Eyes, 2001: 2. Tradução minha).

Nem todos os MFTs, no entanto, tiveram uma percepção tão negativa do impacto do 11/09 no processo FfD. Porém, muitos fizeram menção à postura americana no PrepCom de outubro. Segundo DAWN (Scampini, 2001(a): 12. Tradução minha), “uma forte declaração dos EUA sobre a necessidade de um compromisso ao capitalismo chocou o Women’s Caucus e levantou preocupações sérias sobre o processo FfD.” Segundo WEDO (Johnson, 2001(b)), os rumores de uma saída dos EUA do processo, aliados à crescente polarização entre os países que ameaçava o diálogo, levaram o Women’s Caucus a emitir uma declaração de preocupação (Women’s Caucus, 2001), assinada por 40 organizações. Nesta, as signatárias pediam o contínuo compromisso de todos os *stakeholders* e com todas as seis áreas temáticas igualmente, sem privilégio de umas em detrimento de outras. No entanto, como veremos mais adiante, o tema Mobilização de Recursos Domésticos foi enfatizado no documento final, em uma tentativa de estabelecer a responsabilidade dos países por seu próprio desenvolvimento.

Segundo Woods (2002) no relatório para WEDO e UNIFEM, esse foco foi muito em consequência da pressão americana. Ela afirma que os Estados Unidos não dedicaram muita atenção ao processo FfD nos primeiros PrepComs, permitindo aos países em desenvolvimento e ao facilitador da conferência dominarem as discussões sobre o documento final. Mas já no encontro de outubro de 2001,

“os EUA enfaticamente declararam que o documento estava mal orientado, pedindo uma nova redação com 90 por cento focado no que os países em desenvolvimento podiam fazer por si mesmos e 10 por cento no que o mundo desenvolvido pode fazer para fomentar o desenvolvimento. A delegação dos EUA ameaçaram sair do processo FfD e alertaram que sem as mudanças, o Presidente Bush não iria à Conferência de Monterrey.” (Woods, 2002: 12. Tradução minha).

Fica claro o ponto de inflexão que o encontro de outubro de 2001 representou no processo. O interesse renovado dos EUA no processo FfD no pós 11 de setembro e a conseqüente tentativa de redirecionar os debates para seu projeto de securitização de temas como o financiamento do desenvolvimento levou a uma mudança. Se o processo não havia sido até então especialmente aberto a gênero, com as exigências americanas e as ameaças de abandonar o processo, a inclusão das perspectivas dos MFTs tornou-se ainda mais difícil.

Por outro lado, pode-se afirmar que, diferentemente do discurso contido nos relatórios dos MFTs, o processo FfD era uma “frustração anunciada” não a partir principalmente do 11 de setembro, mas muito antes disso. Como apresentei no capítulo anterior, o processo de desilusão com as conferências da ONU já era evidente na segunda metade da década de 90, com a ênfase de muitos movimentos em protestos paralelos a iniciativas institucionais das MEIs – como nos já emblemáticos protestos de Seattle – e em esferas não-institucionais de mobilização como os Fóruns Sociais.

Graciela Rodriguez, coordenadora de IGTN, deixa clara essa tendência ao afirmar que:

“Eu penso que a maioria dos movimentos sociais estão partindo para uma agenda (e eu acho que aquela outra é importante ser mantida) de processos mais concretos que mobilizam a situação política dos próprios países para fortalecer sua situação nas negociações internacionais. Eu acho que o foco dos movimentos sociais está mudando. Não é que a coisa toda da legislação, da agenda de direitos não seja importante... é importantíssima. É bom que a gente continue acompanhando, vendo como se implementa. Agora como ela não está sendo implementada, aí você tem que partir para outras estratégias, de mobilização mais direta.” (Rodriguez, 2007).

Porém, a própria Graciela deixa claro que acredita na importância da outra agenda de mobilização. Assim, diferentes representantes de MFTs tiveram perspectivas diferentes quanto ao momento em que a frustração que elas iriam sofrer ao permanecer engajadas parecia começar a anunciar-se. Mas todas as entrevistadas e todos os relatórios analisados apontavam para a importância de se manter engajado na agenda institucional.

É possível perceber claramente a idéia de que, apesar das dificuldades, muitos MFTs acreditam ser necessário perseverar, analisando os relatórios (“é um processo longo e temos que agüentar firme”). Essa idéia ecoa na afirmação de que as oportunidades não só são percebidas dinamicamente como são criadas pelos ativistas, que apesar das dificuldades, se mantêm no processo buscando as

pequenas brechas para mobilizar atenção a gênero como foi visto no capítulo 2, além de tentar estabelecer oportunidades através de articulações. A Iniciativa Feminista de Cartagena – coalizão de MFTs construída para contestar e mobilizar na agenda FfD, como descrito no capítulo anterior – e os *side events* organizados durante os PrepComs e a Conferência por diversos MFTs são exemplos de articulações que buscavam estabelecer espaços de oportunidade, dentro de uma estrutura institucional relativamente fechada.

Ainda assim, o resultado final foi frustrante (“Grandes expectativas, negociações barulhentas e resultados escassos”; “ONGs silenciadas, esperanças destruídas”; “Consenso de Washington com um *sombrero*”). Dentro de uma visão estática e racional dos processos dos movimentos, seria esperado que estes abandonassem o processo a partir do momento que começasse a se delinear o que aconteceria. De fato, alguns movimentos o fizeram tendo em vista seus recursos limitados para uma gama de ações políticas, que acabam sendo selecionados de acordo com seus objetivos prioritários. Mas esses objetivos são mutáveis. E, principalmente, os valores intrínsecos a estes superam os cálculos racionais de mobilização. Sendo assim apesar das decepções (“...frustradas, com [...] duras lições aprendidas no processo de permanecer engajadas”), alguns MFTs percebem o processo de mobilização em torno de GAD como de longo prazo e localizam a agenda FfD dentro de um quadro mais amplo de luta por mudança.

Assim, o processo FfD estava cercado de grandes expectativas a princípio e estas foram se diluindo ao longo do processo. Ainda assim, diversos MFTs decidiram continuar engajados por acreditar que a ONU é uma arena de luta política imprescindível, apesar de, por vezes, frustrante e insuficiente. Ao contrário de MFTs que preferiram permanecer afastados do processo, ou que se retiraram em algum momento deste, estes movimentos analisados aqui preferiram ficar engajados até o fim.

Essa escolha fica clara na declaração de preocupação (Statement of Concern – NGOs silenced, hopes dashed) emitida por DAWN, IGTN, IFC e REPEN no segundo dia da conferência, na qual afirmam:

“Apesar de nossa extrema decepção com o Consenso de Monterrey, nós viemos a Monterrey com o espírito de sustentar o engajamento construtivo que a ONU trabalhou duramente em torno do processo FfD. Nós viemos esperando fazer *lobby* e apoiar os líderes e ministros dos nossos governos de forma que eles fossem intervir em um esforço de último minuto e, com vontade política suficiente,

alcançar compromissos obrigatórios, com prazos claros e de ruptura em certas áreas críticas.” (DAWN et al, 2002. Tradução e grifo meus).

No entanto, a declaração é encerrada com a expectativa pessimista de que a escolha de ficar engajado no processo feita por alguns grupos da sociedade civil – inclusive os MFTs que assinam a declaração – acabe levando a grandes frustrações:

“Há uma necessidade de assegurar que as vozes e aspirações das organizações da sociedade civil sejam respeitadas e não enterradas sob o peso de quaisquer que sejam novos compromissos e consensos que ainda possam ser trabalhados a essa altura. Se isso não acontecer, **as organizações da sociedade civil sairiam desse processo profundamente frustrados, com nada mais além de duras lições aprendidas no processo de permanecer engajadas.**” (idem).

E realmente essa frustração foi o resultado do engajamento. Assim, a narrativa da qual me ocupo tem como título “Crônica de uma frustração anunciada”. Talvez não anunciada desde o princípio para todos, como fica claro na decisão de vários MFTs de se engajar no processo. No entanto, principalmente a partir da segunda seção do PrepCom III – logo após o 11 de setembro – o potencial de mudança oferecido pela agenda FfD era cristalinamente anunciado como improvável. Era de se esperar que os MFTs que estavam engajados – especialmente os mais críticos – abandonassem o processo, dadas as limitações de seus recursos para as diversas agendas de luta política, presentes a todo momento no cenário internacional. Esse não foi o caso para os MFTs analisados aqui. Isso não significa dizer que estes movimentos decidiram ficar porque já tinham depositado muita energia no processo e não vislumbravam a possibilidade de abandoná-lo depois de tudo. Tampouco implica a possibilidade de que os MFTs ainda alimentassem esperanças de uma mudança radical, como fica claro por exemplo nas afirmações de Sonia Correa (mais adiante nesse capítulo). Quaisquer respostas simplistas arriscariam caracterizar os movimentos como ingênuos e pouco estratégicos.

O problema desse tipo de análise localiza-se então na tendência de algumas teorias de movimentos sociais de enfatizar apenas a dimensão estratégica ou apenas a dimensão expressiva dos movimentos sociais, e não suas faces duais – como aponta Eschle (ver capítulo 2). Assim, enfatizando somente a dimensão estratégica – como o faz Keck e Sikkink (1998) e em menor medida Tarrow e Della Porta (2005) – a conclusão óbvia na análise do caso seria a incapacidade de

percepção estratégica das oportunidades feita pelos MFTs e outros movimentos engajados no processo FfD.

No entanto, a primeira hipótese de trabalho dessa dissertação está baseada justamente no discurso dos MFTs. Analisando também a dimensão expressiva dos movimentos, é possível entender que os MFTs – apesar de terem percebido estrategicamente ao longo do tempo o decréscimo de oportunidades no processo – insistem em se manter engajados porque perseguem um projeto de mudança social e político mais amplo que o escopo de uma simples conferência. Neste projeto, as normas pelas quais lutam têm valor intrínseco e indissociável de seu cotidiano de luta. Nesse projeto, também, a ONU consiste, para muitos MFTs, em um espaço imprescindível de engajamento, que – apesar de suas limitações – tem sido historicamente um fórum de avanços nas lutas feministas.

Dessa forma, apesar das “duras lições aprendidas no processo de permanecer engajadas”, algumas representantes de MFTs consideram que a participação em Monterrey valeu à pena dentro do processo mais amplo de luta. Quando pergunto a Nadia se a ida a Monterrey e a participação em uma conferência onde já se imaginava o resultado não implicava uma mera legitimação do processo como inclusivo, Nadia cita a declaração do Fórum Global de ONGs como a rejeição oficial da sociedade civil ao processo:

“Esse foi o objetivo em denunciar o Consenso de Monterrey dizendo que apesar de que sejamos parte do processo, nossas vozes não foram ouvidas e isso está refletido no documento final que está na verdade causando mais mal do que bem. Mas nós ainda queremos participar do processo.” (Johnson, 2007. Tradução minha).

Sua insistência na necessidade da participação coaduna com a visão de Marina Durano (DAWN). Ambas acreditam que a ONU é um espaço do qual os MFTs e demais grupos da sociedade civil não podem prescindir, por sua importância política. Nadia, além disso, corrobora também com a primeira hipótese de trabalho de que os MSTs engajam-se em processos de mobilização política em razão dos valores associados e não buscando “efetividade” de curto prazo:

“Nesse momento [2007], esse é o único processo que temos nesse contexto [da arquitetura econômica global], não importa o quão fraco seja. Então temos que nos manter no processo porque quem sabe o que mudará no processo político global? Demorou 30 anos para tirar Pinochet do poder... essas coisas levam anos, então somente procurar por satisfação imediata e resultados não é algo que pode acontecer. Obviamente, nós torcemos para que o que nós estamos fazendo no momento presente tenha impacto imediato. Mas realisticamente você olha a

Plataforma de Ação de Beijing... aquilo não foi o resultado de um processo de um ano, aquilo foi o resultado de décadas de trabalho. **Então, se você pensa que a ONU é o lugar onde essas questões econômicas devem ser discutidas, é importante estar aqui.**” (Johnson, 2007. Tradução e grifo meus).

No momento da entrevista, Nadia se referia ao processo de *follow-up* de FfD que está em curso no momento em que termino essa dissertação e culminará na Conferência FfD em Doha, Qatar, em novembro de 2008. Porém, seu argumento faz referência a todo o engajamento em um processo que tomou um rumo muito aquém do que o esperado pelos MFTs, a princípio. Assim, como fica claro pelas declarações das entrevistadas e dos relatórios dos MFTs, a mudança na percepção da estrutura de oportunidades políticas ao longo do processo causou um desengajamento relativo de alguns movimentos, mas motivou os MFTs que permaneceram engajados a tentar encontrar entradas no processo e criar oportunidades. Além disso, nota-se que esses MFTs decidiram permanecer porque percebem o espaço como imprescindível e localizado dentro de um processo mais amplo de mudança. No entanto, isso não implica a inexistência de dilemas de (des)engajamento. Ao contrário, estes foram – e são – muitos, como será analisado a seguir.

4.3 Os dilemas de (des)engajamento no processo FfD

Como foi analisado nos capítulos anteriores, os dilemas entre engajar-se ou resistir, participar de esferas institucionais de debate ou contestar o processo a partir de fora, fazem parte do cotidiano das lutas feministas. Os MFTs não lutam apenas por mudanças pontuais, mas por uma reestruturação radical das práticas sociais de gênero. Sendo assim, a participação em processos institucionais acarreta dúvidas freqüentes sobre uma possível cooptação. Os questionamentos a respeito do que se pode legitimar ao “fazer parte” são intensos e geram divergências dentro dos próprios movimentos, como no caso de alguns membros da coalizão Women’s Eyes on the Multilaterals terem participado do External Gender Working Group do Banco Mundial (o caso foi levantado por Gigi Francisco de DAWN e pode ser encontrado no capítulo anterior).

Nesse processo de questionamentos, diversos dilemas emergem. Dilemas tão essenciais para o ativismo feminista que por vezes põem em risco as articulações.

Uma das questões que se mostram com força no processo FfD, por exemplo, diz respeito a quem quer e – principalmente – quem pode participar. Algumas dificuldades – como quem tem acesso às esferas institucionais e o que isso implica do ponto de vista de quem face (ativista ou de *expert*) as organizações tendem a privilegiar para se incluir no processo – já foram discutidas no capítulo 2. Aliado a isso, pode-se perguntar quais as características necessárias para ser convidado a falar ou para se obter *status* consultivo no ECOSOC para poder participar. Arrisco-me a dizer que a própria necessidade de institucionalidade das organizações para serem aceitas já exclui do processo movimentos de base que operam em espaços não-institucionais de luta política e que não possuem esferas institucionalizadas de representatividade.

Com o intuito de superar algumas dessas dificuldades, a UNIFEM financiou consultas regionais com diferentes MFTs (como dito no capítulo anterior). A iniciativa, apesar de importante, deixa transparecer uma questão importante: a ONG norte-americana WEDO coordenou o processo em parceria com a UNIFEM. Como visto antes, WEDO é uma organização bastante reconhecida e, portanto, um possível destino de recursos do sistema ONU. No entanto, WEDO não foi um destino possível, mas o único da UNIFEM.

Nadia da WEDO mostra-se ciente do problema:

“Desde o início do processo, nós tivemos financiamento da UNIFEM para fazer encontros regionais, organizar consultas (women’s consultations), editar documentos de *lobby*... e é claro que isso torna-se uma questão também porque quando um grupo da sociedade civil tem todo o financiamento da UNIFEM, isso é um problema... então há um pouco de tensão aí também. [...] Mas a UNIFEM também tem financiamento limitado.” (Johnson, 2007. Tradução minha).

Apesar do financiamento limitado, apontado por Nadia, a escolha de WEDO como única receptora deste pode ser explicado, mas não necessariamente justificado, por sua localização privilegiada em New York e sua experiência nesse tipo de agenda. WEDO organizou o sistema de Caucus, largamente utilizado nas conferências da ONU da década de 90. A organização também produz relatórios frequentes e, no caso do processo FfD, organizou uma ferramenta de *lobby* importante (o *Briefing Kit* entregue em Monterrey a diversos *stakeholders* com o objetivo de promover a temática de gênero). No entanto, WEDO não foi o único MFT a engajar-se de forma séria e organizada no processo – tampouco foi o mais crítico, o que pode ser sintomático na hora de determinar quem recebe os

recursos, como já foi discutido. A escolha desse MFT, portanto, suscita importantes questões a respeito das tensões Norte-Sul, no que diz respeito, não só a diferenças nos ideários e discursos, mas também, às possibilidades de participar. Os recursos são menos limitados no Norte, bem como a proximidade das esferas institucionais em torno das quais freqüentemente se mobilizam é uma vantagem para estes MFTs. Isso não implica homogeneidade dentro das categorias Norte e Sul. Ao contrário, existem diversos “Nortes” e diversos “Suls”, sendo essas categorias apenas extremos de um contínuo de possibilidades.

Além disso, aparte dos MFTs que não têm recursos financeiros para participar, uma outra questão fica premente: a falta de recursos técnicos e de *expertise* político para sequer entender o processo FfD e conseqüentemente desenvolver uma posição a respeito. June Zeitlin, também de WEDO, dá conta da questão no relatório para a organização. Ela afirma que:

“Enquanto WEDO, DAWN, o World Council of Churches/Ecumenical Team, a International Confederation of Free Trade Unions (ICFTU) e um número de mulheres ativistas buscaram prover estas análises e perspectivas, a participação das mulheres em geral foi limitada. Isso é parcialmente em razão das limitações objetivas de recursos financeiros e humanos entre as ONGs de mulheres. Além disso, um grande problema diz respeito à falta de mulheres na tomada de decisão econômica e no movimento da sociedade civil mais amplo contra a globalização financeira.” (Zeitlin, 2002: 2. Tradução minha).

Uma das representantes de DAWN no processo que entrevistei, Marina Durano, também aponta o problema. O interessante, nesse caso, é que se trata de uma economista com experiência de pesquisa em gênero, cujos relatórios são referência para os movimentos. Além disso, DAWN é um dos MFTs mais respeitados por sua articulação consolidada. A colocação de Marina levanta o problema da dificuldade inclusive dos MFTs mais preparados de se engajar em um debate tão técnico:

“Minha experiência pessoal é que era muito difícil tecnicamente engajar-se nas questões. [...] Há detalhes nos argumentos técnicos. Se você não está acompanhando cada um, você não entenderia aquele debate. Se você não entende o debate, você não pode definir sua posição. De muitas maneiras, as questões técnicas te fazem cega em relação às questões políticas. ‘Eu não entendo isso, eu tenho que fazer meu dever de casa, eu não tenho tempo de fazê-lo.’ [...] E aquilo se tornou um motivo de alerta para mim também. Se as organizações e redes de mulheres querem engajar-se em políticas de desenvolvimento econômico, elas precisam ser mais capazes tecnicamente. Porque aí é onde estão as questões no momento. Não é fácil dizer ‘não’ a isso e parar aí: ‘Nós nos recusamos a aceitar as

Políticas de Ajuste Estruturais porque elas são ruins.” (Durano, 2007. Tradução minha).

Além disso, Marina Durano coloca de forma direta e lúcida outro problema relacionado: a dificuldade de oferecer uma alternativa específica. Ela questiona que perspectiva única a inclusão de gênero cria no processo, já que a análise dos discursos dos MFTs envolvidos muitas vezes não oferecem pistas sobre qual é a diferença de suas propostas em relação as das outras ONGs e as dos países do Sul.

“E então eu tenho que explicar aos membros da rede, da coalizão, que ‘bem, esta é a posição que foi tomada por causa disso e disso...’ Mas eu não posso sequer explicar o ‘porquê’... Eu posso explicá-lo em termos gerais e mesmo assim, uma vez que a explicação de linguagem e texto torna-se necessária, eu não conseguia expressar a alternativa em linguagem precisa a partir de uma perspectiva de gênero. Eu podia enunciá-la a partir de uma perspectiva de país em desenvolvimento, de uma perspectiva do Sul. Mas havia uma sensação geral de que não havia diferença entre a perspectiva de gênero e a perspectiva de um país em desenvolvimento. Então qual a pressão hoje? Existe uma expectativa que uma política sensível a gênero tenha que ser única de alguma maneira. E então você recebe a pergunta ‘e daí?’ frequentemente. E como você responde a isso?” (Durano, 2007. Tradução minha)

Aldo Caliarì do Center of Concern chama atenção para um ponto positivo da convergência da visão da sociedade civil e dos países em desenvolvimento: atores da sociedade civil se beneficiam de ter representantes governamentais defendendo sua agenda e os países do Sul se beneficiam dos *inputs* de *experts* da sociedade civil que fortalecem suas posições (Caliari, 2002). Além disso, apesar das limitações levantadas por Marina, os MFTs oferecem uma crítica singular do modelo do desenvolvimento que nem sempre é colocada da melhor forma nas plenárias, pelas razões levantadas pela economista. Não se trata de um discurso autista, sem relação com outras críticas, mas de uma análise sofisticada a partir de uma perspectiva de gênero, como busquei mostrar no capítulo 2, na apresentação das visões feministas do desenvolvimento.

Uma outra questão diz respeito ao *lobby* aos governos. WEDO (Johnson, 2001(a)) chama atenção em seu relatório para os governos que fizeram menção a gênero nos procedimentos oficiais. Isso denota um problema dos MFTs engajados no tema do desenvolvimento: a tendência a creditar à simples menção da palavra gênero uma mudança política na direção de empoderamento das mulheres. Muitas vezes, o próprio discurso dos movimentos inclui “gênero” sem necessariamente explicitar que diferença aquela inclusão discursiva acarreta nas políticas dos

governos e na situação das mulheres. Em concomitância com colocações de Marina Durano que apresentei no capítulo anterior, Graciela Rodriguez também aponta o problema:

“Eu sempre sinto que há uma incorporação da agenda de gênero muito no discurso, mas o concreto disso é complicado. Ainda é. [...] Acho que há cada vez mais a articulação das mulheres. Você tem no Fórum Social Mundial, os diálogos feministas, você tem algumas redes internacionais fortes fazendo trabalho, DAWN, IGTN, Marcha Mundial das Mulheres, fazendo coisas relevantes, tentando encontrar formas coletivas de articulação. [...] O que acontece é que os movimentos todos, não só os de mulheres, precisamos ter mais clareza do que a gente quer como alternativa. Isso é que é difícil construir.” (Rodriguez, 2007).

Para o modelo de Keck e Sikkink (1998), a mudança de discurso e a inclusão na agenda de uma determinada questão já é por si só um impacto, já que os movimentos podem se fazer valer do que governos e OIs “dizem” para cobrar mudanças. É inegável o papel político que certas declarações podem ter quando vindas de governos e OIs que sejam relativamente transparentes. No entanto, cabe questionar até que ponto uma mudança discursiva leve – como a inclusão do termo “gênero” sem compromissos explícitos – não serve apenas para suavizar um discurso de oposição. Argumento que este foi o caso no Consenso de Monterrey e que, portanto, aparentemente, alguns MFTs creditaram demasiada importância à menção de “gênero” – essas menções são cuidadosamente seguidas por representantes de WEDO nos encontros, por exemplo. A disputa na qual alguns MFTs se engajam enfatiza o campo da linguagem, em detrimento do conteúdo.

Outra questão que vem a tona ao analisar a linguagem é percebida na declaração do Women’s Caucus emitida no processo FfD. Nesta, há colocações essencialistas a respeito dos efeitos da dicotomia da masculinidade/feminilidade na militarização. Essas colocações possivelmente contribuem negativamente para a estereotipação de demandas feministas ao ceder a armadilhas essencialistas sobre o pacifismo feminino e a belicosidade masculina em sua análise da situação:

“Orçamentos governamentais dominados por homens seguem a liderança americana de mais militarização e menos gastos sociais. [...] Como mulheres, nós não vamos sacrificar nossas vidas e as vidas de nossas crianças, nossas famílias e nossas comunidades por esse dinheiro sangrento. [...] Outro mundo é possível e as mulheres o estão construindo!” (Women’s Caucus, 2002(b): 1 e 2. Tradução minha).

Recursos de retórica essencialistas são uma armadilha comum no discurso feminista para o qual muitas feministas fazem referência nos textos que trabalhei no capítulo 2 dessa dissertação. Essa tendência é em parte consequência da instabilidade da categoria gênero, que está na base do discurso feminista. Como visto anteriormente, gênero é uma categoria utilizada para analisar o mundo e desestabilizar expectativas em relação a normas sociais, ao mesmo tempo. E em razão disso, gera contradições entre essencializar e problematizar relações sociais, como no caso das análises de economistas feministas a respeito do “trabalho das mulheres” e da economia dos cuidados. Uma contradição advinda daí é a tendência a enfatizar papéis – de mães e de mulheres pacíficas e solidarizadas – quando esses lhes provêm certa legitimidade política. Ao fazê-lo, alguns MFTs acabam por essencializar certas categorias que, contraditoriamente, buscam desconstruir. Assim, em outros momentos, os mesmos MFTs podem protestar contra sua estereotipação enquanto mães, vítimas e pessoas vulneráveis.

No caso da apropriação desses discursos pelos MFTs, essas contradições se vêem presentes também na relação dos MFTs com outros grupos da sociedade civil, principalmente aqueles menos sensíveis a questões de gênero. No entanto, o discurso feminista ainda oferece uma ferramenta forte de crítica a processos sociais, como fica visível na crítica feminista ao Consenso de Monterrey.

Em uma análise extremamente lúcida do problema da lacuna entre linguagem e conteúdo/substância, Sonia Correa afirma que a mesma não seria um problema se a abordagem de MFTs em relação a FfD fosse de “ficar lá fora e insistir na questão levantada pela Iniciativa Feminista de Cartagena [IFC]: ‘Que tipo de desenvolvimento deve ser financiado?’” (Correa/DAWN, 2001:10. Tradução minha). No entanto, afirma ela,

“se achamos que essa ‘estratégia de fora’ (*outside strategy*), a partir da margem, pode ser combinada com esforços com o objetivo de efetivamente influenciar o processo, nós precisamos de uma estratégia clara sobre substância e métodos de *advocacy* nesse momento.” (idem).

O que Sonia Correa defende é o que alguns descrevem como “inside/outside strategy”, como visto anteriormente. Argumento que essa estratégia é comum para os MFTs, dada a necessidade de engajar-se em processos cujo *framework* seja intrinsecamente diferente do que elas propõem. No entanto, a expectativa do modelo de Keck e Sikkink (1998) é de que, em dada situação, MSTs, agindo

segundo a teoria da escolha racional, decidiriam não investir esforços no processo. Do contrário, a primeira hipótese de trabalho, embasada nas entrevistas e em relatórios dos MFTs, é de que estes consideram importante desenvolver uma política de contestação/resistência, apesar das poucas chances de “efetividade” no sentido restrito. Segundo Marina Durano (2007. Tradução minha), “Você não pode desistir, senão você realmente perde por omissão”.

Nesse momento, Sonia Correa adotou uma postura quase pragmática:

“Já está claro que não é realista abordar o que falta do processo FfD com o objetivo de engendrar completamente o documento final. [...] Dessa forma, se as organizações e redes de mulheres decidem que vale à pena continuar engajando com texto e linguagem, há muito trabalho a ser feito e poucos pontos de entrada a ser explorados entre agora e janeiro.” (Correa/DAWN, 2001: 10. Tradução minha).

Segundo DAWN (Scampini, 2001: 12. Tradução minha), delegados do Women’s Caucus afirmaram durante momentos difíceis que “é um processo longo e temos que agüentar firme.” A decisão de perseguir uma estratégia de engajamento inside/outside se delineava com bastante clareza. Segundo DAWN:

“Existe a necessidade de trabalhar a partir de fora para criticar fortemente o modelo neoliberal como um todo no processo FfD, assim como trabalhar a partir de dentro em linguagem”, concluiu o Women’s Caucus depois de assistir desenvolvimentos no PrepCom de outubro. A co-chair do PrepCom, Ruth Jacoby, disse que era claro que não haveria mudanças sistêmicas ou novas iniciativas institucionais emergindo. Tampouco haveria espaço para uma crítica real do modelo neoliberal. Portanto, era necessário trabalhar a partir de fora em uma crítica e ao mesmo tempo continuar trabalhando em linguagem.” (Scampini/DAWN, 2001(b): 14. Tradução minha)

Ao se referir a essa dupla estratégia de dentro e fora, Nadia Johnson de WEDO afirma que:

“Algumas pessoas que estavam dentro da conferência saíram e se juntaram aos protestos, mas voltaram para dentro... há uma divisão aí... aqueles que escolhem advogar e pressionar por uma chance por dentro e aqueles que somente o fazem a partir de fora.” (Johnson, 2007; tradução minha).

Nadia refere-se a movimentos que decidiram ficar dentro ou fora do processo como escolhas excludentes e àqueles que adotam ambas as estratégias. E ao fazê-lo, ela atenta para o fato de que a estratégia *inside/outside* não se dá sem custos associados. Os que ficam de fora podem olhar para os engajados no processo institucional com a desconfiança de quem enxerga energias cooptadas. Por outro lado, quem está dentro pode viver uma ilusão de inclusão ao se deparar com os que não têm acesso às esferas institucionais (ou os que resistem a engajar-

se nelas). Aliás, esse último parêntese é extremamente importante para a presente análise. Dentre os que não participaram do processo estavam não só os que não tiveram acesso e recursos para participar. Mas também aqueles que não foram por escolha – uma auto-exclusão ou resistência.

Nadia menciona essas pessoas que escolheram não ir à conferência: “há pessoas que não foram a Monterrey porque acharam: ‘Monterrey será apenas uma encenação’” (Johnson, 2007; tradução minha). Esse é o ponto de inflexão do argumento dessa dissertação. É certo que muitos MFTs não tiveram a escolha de ir ou não a Monterrey e PrepComs precedentes, nem de desenvolver posições a respeito do processo FfD. No entanto, alguns MFTs que tiveram essa escolha, preferiram dedicar seus esforços a outros processos, ao invés da escolha feita pelos MFTs analisados aqui. O porquê da escolha de participar do processo FfD, correndo o risco de legitimar o processo, por um lado, e de restringir sua resistência/contestação do processo, por outro lado, está no cerne da presente pesquisa como já foi argumentado.

No entanto, do ponto de vista metodológico, a dificuldade de abarcar as visões daqueles que deliberadamente abandonaram o processo é premente. Ao contrário dos MFTs que permaneceram engajados, quem se retirou do processo ou nem se engajou neste em algum momento tende a não se preocupar em publicar relatórios sobre essa decisão. É claramente mais fácil ter acesso às percepções daqueles que consideraram importante permanecer engajados do que daqueles que simplesmente ignoraram o processo como um todo. Dos MFTs mais representativos dos debates macroeconômicos, por exemplo, a ausência mais clara é a Marcha Mundial das Mulheres. Com a exceção de um relatório citado no capítulo anterior, não foi possível encontrar outros documentos desse MFT sobre FfD ou referências à participação deste no processo. Tentei contato com esse e outros MFTs que tiveram visibilidade em algum momento, mas não em todo processo, mas não obtive resposta – desde e-mails desatualizados que voltaram até outros simplesmente não respondidos.

Dentre as representantes de MFTs entrevistadas, a única que representa um movimento que esteve engajado de forma reticente no processo foi Graciela Rodriguez de IGTN. Isso não implica dizer que a IGTN não tenha participado do processo. Porém, FfD não foi um foco desse MFT no período, muito em razão da

ênfase deste em questões de comércio que no mesmo período tinha uma agenda forte acontecendo na OMC:

“A IGTN é uma rede que foca exatamente no comércio porque vê no comércio a agenda dura das desigualdades. É aí que nós queremos focar a questão. Nós achamos que não se soluciona as desigualdades se só se foca na ajuda. Já o próprio conceito de ajuda é insustentável. Desde que temos uma dívida ilegal, imoral... a própria situação dos subsídios agrícolas no Norte faz insustentável qualquer comércio. Se você não ataca essa agenda dura... estamos há anos dando voltas e voltas em uma agenda de direitos que não avança. E quando avança, não é implementada. Toda a década de 90 foi uma década de avanços na agenda de Direitos Humanos. No papel está lindo, porém quando chegou a implementação – o Financiamento do Desenvolvimento – parou.” (Rodriguez, 2007).

Porém, mesmo Graciela que não esteve presente nos PrepComs, mas somente na Conferência de Monterrey e no Fórum Global de ONGs, enfatiza a importância de agendas institucionais e não-institucionais sendo levadas ao mesmo tempo:

“Os movimentos sociais se dividiram um pouco... em frente a essas situações, sempre se coloca um dilema: reforma ou revolução? Quer dizer: alguns grupos têm uma atitude um pouco mais reformista, no sentido de que querem avançar mais na agenda legal, de direitos, criando mudanças gradativas, por dentro. Já tem outros movimentos sociais que partem necessariamente para a crítica mais global. Eu **acho que na verdade a gente não reconhece muito, mas acaba fazendo as duas coisas. E o que a vida mostra é que os movimentos sociais fazem momentos de avanços parciais, momentos de saltos qualitativos mais importantes... as coisas se complementam**, então quando a gente teve um momento que podia apostar nessa possibilidade, devia e apostou nessa possibilidade... e depois quando você vê que aí você não acumula mais forças, acho que tem que partir pra outra.” (Rodriguez, 2007. Grifo meu).

Sendo assim, até agora trabalhei como essa primeira hipótese de trabalho pode ser percebida nos discursos dos MFTs. Segundo essa primeira hipótese, essa decisão de engajamento – a priori contra-intuitiva – é decorrência de dois fatores: a percepção da ONU como espaço de engajamento imprescindível; e a importância das bandeiras de luta dentro de um processo de longo prazo e não como busca imediatista de resultados. Essa seria uma forma de entender a decisão por uma estratégia de engajamento – mesmo quando as perspectivas de frustração já estavam “anunciadas” – a partir das próprias justificativas dos MFTs em relação a essa estratégia.

Um outra hipótese para entender esse processo é, entretanto, possível, se questionarmos os discursos dos MFTs. Como já visto, desde a segunda metade da década de 90, os movimentos sociais já tendiam para uma agenda menos

institucional e menos voltada para a discussão de direitos. Dado esse contexto geral de descrença com esses espaços de debate político que remonta a alguns anos antes do 11 de setembro e que justificaria a não-participação na agenda FfD desde o princípio, a decisão de engajar-se seria contra-intuitiva. Taxar os MFTs que participaram de ingênuos e pouco estratégicos seria uma escolha fácil, mas que pouco refletiria a dinâmica de movimentos que tinham adquirido experiência no sistema ONU desde a Década da ONU para as Mulheres.

E é justamente na consideração dessa experiência de participação que se centra a segunda hipótese que entende a decisão de engajamento como permeada de lógicas de poder internas aos MFTs que buscam a manutenção dos espaços institucionais duramente conquistados desde a Década da ONU para as Mulheres. Como foi apresentado no capítulo anterior, as conferências da Década criaram um ambiente de articulação para os MFTs, que proliferaram e se consolidaram enquanto atores transnacionais nesse período. Porém esse processo de articulação esteve longe de ser pacífico. Divisões, especialmente Norte-Sul, constituíram parte da efervescência dos debates de então.

E embora os movimentos tenham terminado a Década com muito mais convergências do quando esta começou, as divergências não desapareceram por completo. Elas podem ter se atenuado e se complexificado, tornando ainda mais difícil falar de divergências Norte-Sul sem parecer simplista. Porém, elas ainda existem como mostram os diversos dilemas de (des)engajamento desde as conferências da década de 90 até as mais recentes iniciativas institucionais da ONU.

Então, durante todo esse processo de engajamento nas agendas institucionais do sistema ONU, os MFTs estiveram sempre enfrentando dilemas sobre o que acarretaria essa participação: legitimação, cooptação, mudança, contestação, resistência... Ou uma mescla dessas possibilidades. Porém houve um senso comum geral de que, ao participar dessas agendas, os MFTs iam ganhando experiência no debate político institucional e promovendo a visibilidade das questões que defendiam. Além disso, as ativistas se conheceram cada vez mais e foram aprendendo a construir as alternativas ao que contestavam. Dessa forma, apesar dos constrangimentos às críticas feministas, os MFTs lograram alguma mudança normativa e conquistaram espaços institucionais importantes.

Porém, como também já foi abordado antes, esses espaços institucionais não foram conquistados de forma homogênea. Enquanto alguns MFTs têm capacidade técnica e recursos financeiros para se engajar nos debates institucionais, outros não. Além disso, outros MFTs simplesmente privilegiaram outros espaços institucionais ou não-institucionais de luta política. Enquanto a IGTN, por exemplo, percebeu a OMC e não a ONU como o espaço prioritário de articulação, a Marcha Mundial das Mulheres tendem a enfatizar dinâmicas não-institucionais como os Fóruns Sociais. Sendo assim, a justificativa de algumas representantes de MFTs entrevistadas e de algumas autoras (Eschle, 2005) de que a pouca presença dos MFTs nos Fóruns Sociais se deu em razão da dificuldade de acesso a essas arenas é parcialmente questionável.

Não é a toa que algumas ativistas percebem a dificuldade de se engajar inclusive com iniciativas da sociedade civil pela dificuldade de se falar de desigualdade de gênero em diferentes esferas, e não apenas nas da política institucional. Essa dificuldade ecoa no fato de que as normas desiguais de gênero estruturam não só as legislações, mas principalmente as relações sociais de forma ampla. No entanto, essa dificuldade não tem impedido os MFTs de externalizar suas causas nos ambientes mais repressores. Portanto, a dificuldade de acesso poderia até frustrar aqueles MFTs que apostam na capacidade dos Fóruns Sociais de serem espaços abertos de debate político, mas não os impediria de lutar por esse espaço, como tem sido feito nas diversas frentes de lutas feministas.

Pode-se pensar então que alguns MFTs optaram por uma estratégia de privilegiamento de espaços institucionais conquistados duramente desde a Década da ONU para as Mulheres, em detrimento de espaços de crítica mais radicais como os Fóruns Sociais e os protestos paralelos como Seattle. Acredito que esse tenha sido claramente o caso para WEDO, por exemplo, uma organização que enfatiza o *lobby* como estratégia de ação. No entanto, diversos MFTs que participaram do processo FfD estiveram também presentes nos Fóruns. DAWN, por exemplo, um dos MFTs mais ativos no processo, organizou mesas no Fórum Social Mundial de 2002 para discutir a agenda FfD. Além disso, a agenda dos Fóruns continua sendo até hoje um dos focos desse MFT.

Além de DAWN, outras das organizações que faziam parte da Iniciativa Feminista de Cartagena – provavelmente a coalizão feminista mais crítica engajada no processo e que surgiu como consequência da articulação feminista

latino-americana em torno de FfD – estão no Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. São estas: Marcosur, Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE), Rede de Educação Popular entre Mulheres (REPEM) e Rede Mulher e Habitat. Fica claro então que a escolha entre espaços institucionais ou não-institucionais não é excludente para esses grupos.

Por outro lado, ao afirmar o que está contido na primeira hipótese, os MFTs aparentam um esforço em justificar sua estratégia de permanecer em um processo com perspectivas “anunciadas” de frustração. Esse esforço pode esconder as disputas de poder internas dos movimentos, base da segunda hipótese. Nesse sentido, o senso de oportunidade do processo pode se tornar oportunismo quando os movimentos que decidem permanecer o fazem também para preservar espaços de interlocução duramente conquistados, enquanto outros permanecem excluídos desses processos institucionais. De certa forma, a própria percepção de estar nesse espaço os obriga a ir, sem que realmente se acredite na oportunidade de mudança do processo. Os mais céticos afirmariam até que em um processo dessa natureza só é convidado quem está disposto a jogar conforme as regras burocráticas institucionais que busca falsos consensos.

No entanto, a presença de MFTs mais críticos no processo permite questionar essa idéia. É possível que estes tenham permanecido para evitar que somente vozes mais moderadas permanecessem no processo, afinal a política de resistência diz respeito justamente à participação contestatória e não ao desengajamento radical. Desta forma, resistência seria uma forma de política, já que muitas vezes oferecer oposições e resistências² pode ser constitutivo do próprio fenômeno ao qual resistem.

Assim, os MFTs decidem permanecer no processo porque o percebem como inserido em uma luta mais ampla por valores intrínsecos, porque percebem a ONU como espaço imprescindível de debate e porque buscam manter espaços institucionais duramente conquistados. Ambas as hipóteses, então, ajudam a entender a decisão dos MFTs. A primeira é claramente percebida nos discursos dos MFTs envolvidos e a segunda surge do próprio questionamento do esforço discursivo desses movimentos em justificar sua decisão. Apesar dos caminhos

² “... las oposiciones y las resistencias de las ‘victimas’ y los descontentos de la globalización, por más minoritario que sea su activismo, ya hacen parte constitutiva del propio fenómeno de la globalización.” (Gómez, 2001: 173)

diferentes para chegar, as duas hipóteses oferecem ferramentas para o entendimento do problema e, aliás, o problematizam ainda mais.

Afinal, a falta de respostas óbvias aponta para a própria natureza dilemática da estratégia escolhida por esses MFTs: a de engajar-se criticamente no debate institucional por dentro e ao mesmo tempo de contestar as bases do que se está discutindo a partir de fora. Essa estratégia *inside/outside* beira a indecisão e reforça os dilemas já tratados aqui.

Por um lado, ao não preterir nenhuma das esferas, esses MFTs buscam preencher todos os espaços de construção política, através de uma estratégia de fazer visível as questões que defendem onde quer que haja debate. Não acreditando ser possível prescindir de nenhum espaço, esses movimentos buscam articular-se de forma difusa. Por sorte, a própria natureza difusa, pouco institucional e menos hierarquizada de alguns movimentos facilita permear-se em diferentes espaços.

Por outro lado, porém, ao participar de diferentes espaços, esses MFTs arriscam-se a ser vistos com desconfiança em ambas as esferas institucionais e não-institucionais como forasteiros por aqueles que enxergam as esferas institucionais e não-institucionais como delimitadas por fronteiras muito mais expressivas sobre a melhor forma de se “fazer política”. Assim, em alguns – ou muitos – momentos, eles poderão ser cobrados a tomar uma decisão sobre seu espaço de luta prioritário. Porém, como eu busquei argumentar aqui, as próprias faces duais dos movimentos sociais implicam que eles tenham dimensões instrumentais e expressivas que lhes tornam muito mais complexos do que poderia se compreender através de uma visão racional do ator social.

Por fim, com o objetivo de evitar argumentos redundantes de que todo e qualquer engajamento será sempre justificável dentro de uma lógica de engajamento *inside/outside*, faço agora menção a um outro fato. Fiz um recorte histórico do processo FfD que abarca do momento de seu lançamento pela Assembleia Geral da ONU até a realização da Conferência de Monterrey em março de 2002. Isso porque acredito que faz sentido do ponto de vista do fechamento de um processo de debate. Porém, em meu processo de pesquisa tive a oportunidade de acompanhar um encontro de *follow-up* da conferência na sede da ONU em New York na condição de estagiária da UNIFEM, em outubro de 2007. O objetivo do encontro era não apenas discutir o andamento do processo –

largamente criticado por países do Sul pela falta de prazos e metas explícitas –, mas também preparar para uma conferência a ser realizada em Doha, no Qatar, em dezembro do presente ano.

Embora, esse encontro não faça parte do período pesquisado e, portanto, não foi incluído na análise, algumas observações que pude fazer oferecem pistas importantes. A principal é a ausência de muitos MFTs que estiveram fortemente engajados no processo FfD até Monterrey, incluindo DAWN e a Iniciativa Feminista de Cartagena. Aparte de MFTs que estiveram parcialmente envolvidos no processo e assim continuam, apenas WEDO, AWID e WIDE parecem manter o mesmo interesse no processo. Isso fica claro também consultando os sites e relatórios recentes dos MFTs que haviam se envolvido amplamente anteriormente: não existe praticamente nenhuma menção ao *follow-up* do processo e à conferência a ser realizada em Doha. Isso implica dizer que existe um limite ao engajamento e que a estratégia inside/outside não justifica o preenchimento de absolutamente todos os espaços políticos.

Porém, não acredito que nesse caso o que desmotivou o engajamento tenha sido somente as perspectivas de frustração. Obviamente existe uma tendência geral entre os movimentos sociais de reafirmação de outras agendas, distantes das grandes conferências e dos debates de direitos. Porém, arrisco-me a dizer que os fatores que levaram ao desengajamento nesse caso têm mais a ver com o fato de que os próprios governos tampouco o percebem como um debate prioritário atualmente. As agendas se deslocaram para os governos também e os movimentos sociais acompanham esse processo, afinal eles buscam preencher espaços onde o debate político é intenso e tem maior visibilidade. Além disso, dados os recursos escassos de mobilização, que impedem o estabelecimento de articulações em todas as agendas, acaba havendo uma priorização daquelas que lhes parecem essenciais.

Se MFTs como WEDO – cuja ênfase em *lobby* institucional na ONU não lhe permite dar as costas para um dos únicos processos atuais de discussão da arquitetura financeira institucional – continuam participando, outros MFTs decidiram abandonar o processo por acreditar que ele não tenha a visibilidade política necessária. As representantes de MFTs entrevistadas, ainda engajadas ou não, concordam, no entanto, que é importante que algumas delas estejam seguindo essa agenda, enquanto outras trabalham em outros espaços.

Assim, a estratégia inside/outside não implica uma justificativa de participação em todos os espaços. Mas dentro de uma lógica de resistência/proposição de alternativas, ela implica sim uma justificativa de participação em todos os espaços de debate político que tenham visibilidade. O objetivo para os movimentos, portanto, nem sempre é participar onde há oportunidades de mudança e contribuição, mas também em espaços onde promoverão vozes dissidentes no debate político em um ambiente onde de outra maneira uma impressão falsa de consenso poderia ser construída. Mas argumento que o fazem principalmente em espaços de debate que tenham visibilidade e onde, por conseguinte, conseguirão ao menos chamar atenção para suas bandeiras de luta.

Apesar de ser uma escolha dilemática, então, a estratégia inside/outside dos MFTs na agenda FfD lhes permitiu ter a flexibilidade necessária para engajar em diálogos com outros atores (OIs e governos, principalmente) e, ao mesmo tempo, criticar o processo que buscam desafiar. Os limites dessa estratégia encontram-se, no entanto, claramente nas próprias contradições que cria. A contínua observação dos processos dos MFTs mobilizando em torno da agenda de desenvolvimento pode oferecer pistas a respeito de como essas e outras estratégias permitem aos MFTs, e demais MSTs, perseguirem suas agendas. No caso dos atores aqui estudados, os próprios desdobramentos dos discursos feministas e do estudo da dimensão de gênero no desenvolvimento tem um papel fundamental nesses processos de contestação política.